

IMPERIALISMO, CAPITALISMO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Isabella Garbelini Kondo (PIC/CNPq/UEM), Maria Rita Marchini do Amaral (PIC/CNPq/UEM), Crishna Mirella de Andrade Correa (Orientadora). E-mail: cmacorrea@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Direito Maringá, PR.

6.00.00.00-7 Ciências Sociais Aplicadas. 6.01.00.00-1 Direito. 6.01.01.04-0 História do Direito

Palavras-chave: imperialismo; capitalismo; ditadura militar.

RESUMO

A presente pesquisa possui como objetivo analisar o papel do imperialismo na Ditadura Militar brasileira (1964-1985), bem como no desenvolvimento da conjuntura política e econômica do país nos anos antecessores e subsequentes. O projeto busca compreender o imperialismo de modo relacional com o contexto econômico, jurídico, político e ideológico, advindo das condições do modo de produção e da divisão internacional do trabalho.

Para tanto, apurou-se a posição do Brasil quanto ao mercado internacional, associando sua dependência político-econômica ao arranjo do capitalismo monopolista mundial, que relegou ao país um papel de nação explorada e fornecedora de recursos para os países exploradores. O estudo, assim, ao analisar os acontecimentos que levam a golpe militar brasileiro de 1964, expõe o fenômeno imperialista como derivado necessário do modo de produção capitalista em seu estágio mais avançado, o monopolista, que teve seu início nas primeiras décadas do

século XX e permanece presente até os dias atuais, evidenciando-se a relação inexorável entre capitalismo, direito, relações internacionais e imperialismo.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do capitalismo resultou na divisão dos países em nações dominantes e nações exploradas, estas últimas, foram submetidas à dependência econômica e sujeitas a imposições diplomáticas e do mercado. Através das relações internacionais e do Direito Internacional (Lenin, 2021), os países centrais utilizam seus órgãos e governos para pressionar as nações dependentes a abrirem seus mercados, de modo que suas empresas possam explorar os recursos, mão de obra e mercado consumidor sem limitações, bem como a revogar as ações que visam a construção de um país industrializado e político e economicamente independentes (Dreifuss, 1981). Dessa forma, o presidente brasileiro João Goulart, ao tentar promover reformas básicas que buscavam um desenvolvimento econômico-social mais independente, sofreu forte oposição da burguesia nacional e internacional, dos militares, bem como, ampla pressão político-econômica, sobretudo dos Estados Unidos, com amplo esforço para a disseminação de discursos e propagandas que procuravam gerar na população brasileira um sentimento de pânico moral e anticomunismo (Bandeira, 1978).

O posterior apoio aos primeiros presidentes do regime ditatorial brasileiro por parte dos presidentes estadunidenses (Brasil, 2014), demonstrou que, para manter os interesses da acumulação, os Direitos Humanos de um país são deixados de lado em momentos de conflitos sociais extremos. Assim, o imperialismo possui como seu átomo central a busca pela acumulação e reprodução do capital, através da exploração e submissão de outros países, e, para tanto, utiliza-se de métodos que ultrapassam a intervenção física e militar, podendo restringir-se a formas de pressão e chantagem política, econômica, ideológica, jurídica e diplomática (Lenin, 2021).

A história brasileira, portanto, possui suas contradições e conflitos que não advém, somente, das condições estruturais que formaram a história da nação, mas também

na própria inserção do Brasil no capitalismo mundial como país fornecedor de matérias-primas, recursos e mão de obra, ou seja, como nação explorada (Lenin, 2021). Portanto, o imperialismo, principalmente o estadunidense, vem moldando, desde a segunda metade do século XX, os rumos da economia e da política brasileiras, não porque há uma ligação direta de submissão do Brasil, país formalmente independente, mas porque a sua economia é submissa.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada predominantemente através de materiais bibliográficos histórico advindos, principalmente, do relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), além de obras políticas e filosóficas sobre o fenômeno imperialista. Dessa forma, pode-se definir e conceituar o imperialismo e o seu papel perante as nações economicamente mais vulneráveis e, como tal fato foi fundamental para o desenvolvimento do golpe militar de 1964 no Brasil, bem como as movimentações tomadas pelos países dominantes em apoio à Ditadura Militar brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos estudos empreendidos, pode-se expor a relação intrínseca entre o modo de produção capitalista junto ao direito e o imperialismo. Com isso, evidenciou-se os pontos fundantes e estruturais das movimentações políticas, jurídicas, diplomáticas e econômicas da dependência brasileira. Mediante essa primeira análise, o estudo apontou a ligação entre o capitalismo imperialista com a Ditadura Militar brasileira (1964-1985), bem como dos acontecimentos políticos, sociais e econômicos ocorridos para estimular o golpe em solo brasileiro, decorrentes de sua posição de “país periférico”, explorado e dependente.

Desse modo, a presente pesquisa traz em debate as possibilidades de ruptura dos interesses nacionais populares com as vontades do capital externo e nacional-

associado, que vão além dos parâmetros legais e reformistas, buscando, assim, a transformação estrutural.

CONCLUSÕES

A consolidação do capitalismo como sistema mundial e generalizado levou a um desenvolvimento desigual entre os países, devido a contextos econômicos, sociais e históricos diversos, desse modo, as relações internacionais entre os países se dão em uma conjuntura dialética, entre nações exploradas e nações exploradoras. O Brasil, com seu passado colonial e industrialização tardia, desenvolveu sua posição no sistema capitalista como país dependente ao capital externo e, portanto, com uma burguesia associada a este mesmo capital. A partir de então, com o objetivo de manter a acumulação de capital, escoando-a do território brasileiro para o país central, neste caso os Estados Unidos, a burguesia brasileira e norte-americana se amparou dos aparatos estatais, jurídicos e militares com o fim de cessar a mobilização da classe trabalhadora, que tanto ameaçava a reprodução do capitalismo nos anos que antecederam o golpe de 1964.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1965. Editora Civilização brasileira, 4ª edição, Rio de Janeiro, 1978.

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. Volume 1, 2014.

DREIFUSS, René Armand. 1964, a conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

LENIN, Vladimir Ilitch. Imperialismo, estágio superior do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

32º Encontro Anual de Iniciação Científica
12º Encontro Anual de Iniciação Científica Júnior



23 e 24 de Novembro de 2023